

A Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e a Educação de Jovens e Adultos
The Literacy Policy for the State Education Network of Santa Catarina and Youth and Adult Education

Liliam Mafra*
Marilane Maria Wolff Paim**

RESUMO: Os diferentes entendimentos sobre a alfabetização de adultos ao longo da história da educação no Brasil e também no território catarinense é o pano de fundo deste estudo. Nesse cenário, o objetivo do presente artigo é analisar a atual Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (PAE SC) e suas possíveis implicações na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir de uma abordagem qualitativa, desenvolve-se uma pesquisa documental com base na PAE SC e, para fins de complemento, realiza-se uma pesquisa bibliográfica apoiada em autores que versam sobre a alfabetização de adultos. A análise aponta que o texto da política estadual contempla a EJA e enumera ações que alcançam a modalidade de ensino. Por fim, sugere-se uma nova pesquisa com a finalidade de verificar a efetividade das ações planejadas e a concretude da referida política estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Políticas Públicas; EJA.

ABSTRACT: The different understandings of adult literacy throughout the history of education in Brazil and also in Santa Catarina are the background of this study. In this context, the objective of this article is to analyze the current literacy policy for the state education network of Santa Catarina (PAE SC) and its possible implications for Youth and Adult Education (EJA). Using a qualitative approach, a documentary research is developed based on the PAE SC and, for complementary purposes, a bibliographic research is carried out based on authors who focus on adult literacy. The analysis indicates that the text of the state policy contemplates EJA and lists actions that reach the teaching modality. Finally, a new research is suggested with the purpose of verifying the effectiveness of the planned actions and the concreteness of the aforementioned state policy.

KEYWORDS: Literacy. Public policies. Youth and Adult Education.

1 Introdução

O entendimento sobre alfabetização de adultos não atravessa o tempo imune às transformações do mundo. Pelo contrário, a compreensão sobre o conceito de alfabetização sofre modificações no decorrer da história da educação. No Brasil, com base nos estudos de Moura (2007), do início da colonização até meados do século XX, a alfabetização de adultos é

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal Catarinense (IFC) *Campus* Camboriú. Assistente Técnica Pedagógica da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0189-5832>. E-mail: liliam.mafra@gmail.com.

** Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal Catarinense (IFC) *Campus* Camboriú. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0733-6573>. E-mail: marilane.paim@ifc.edu.br.

compreendida como o ensino de um código que ocorre através de um processo mecânico e descontextualizado. Muitos anos mais tarde, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, aparece uma nova forma de pensar e fazer a alfabetização de adultos, acentuando o seu caráter político. Essa concepção mais progressista, no entanto, tem vida curta e é temporariamente apagada pela ditadura militar brasileira, prevalecendo uma prática de alfabetização de adultos neutra e engajada na formação de mão de obra com vistas ao desenvolvimento econômico do país.

Conforme Moura (2007), outros referenciais sobre a alfabetização de adultos surgem a partir da metade da década de 1980, apoiados na *Psicogênese da Língua Escrita*, de Emília Ferreira, e na *Teoria Histórico-Cultural*, de Vygotsky. Embora a alfabetização de crianças seja o objeto de estudo de Ferreira (1985) e Vygotsky (1996), a alfabetização de adultos acaba influenciada por essas teorias que compreendem a alfabetização como a apropriação da linguagem escrita, um sistema de representação da realidade.

Moura (2007) destaca que o conceito de *Letramento*, por sua vez, aparece na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na década seguinte, a partir de 1990. O conceito contribui para ampliar a discussão acerca da apropriação da leitura e da escrita e, impreterivelmente, sua utilização nas diferentes práticas sociais.

As novas formulações sobre a alfabetização podem ser observadas na Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Santa Catarina (PAE SC), produzida em 2021, logo após a Política Nacional de Alfabetização (PNA) lançada em 2019. Essa política, todavia, é fruto de uma caminhada de mais de três décadas, visto os documentos educacionais catarinenses construídos anteriormente. O caderno da PAE SC, documento de análise deste trabalho, faz o resgate dessa construção histórica ao apontar as diferentes concepções de alfabetização nas Propostas Curriculares e demais documentos catarinenses.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como finalidade analisar a PAE SC e suas possíveis implicações na EJA. O ponto de partida é a apresentação de um breve panorama sobre as concepções de alfabetização de adultos na história da educação no Brasil. Em seguida, fazemos uma exposição dos movimentos desse mesmo conceito nas Propostas Curriculares e demais documentos educacionais do estado de Santa Catarina. Por fim, são retomados os objetivos da atual política estadual e observa-se a aparição da EJA no texto da PAE SC.

É preciso mencionar que a motivação para a realização deste trabalho está diretamente relacionada à atuação profissional de uma das pesquisadoras na EJA e busca corroborar para compreender melhor os processos que envolvem a alfabetização nessa modalidade de ensino. Nesse caminho, a partir de uma abordagem qualitativa, é desenvolvida uma pesquisa documental com base na PAE SC e, a fim de complementar o estudo, também é realizada uma pesquisa bibliográfica apoiada em autores que versam sobre a alfabetização de adultos.

2 Concepções de Alfabetização de Adultos no Brasil – um breve panorama

A alfabetização de adultos não pode ser compreendida “como chave que abrirá todas as portas há muito fechadas para grandes contingentes de pessoas em países como Brasil” (Barcelos, 2006, p. 43). Entretanto, o oposto, ou seja, negar a sua importância, significa inviabilizar os processos democráticos e de inclusão. Aliás, continua Barcelos (2006, p. 43), “uma inclusão que mereça este nome exige muito mais que trazer de volta à escola aqueles e aquelas que dela um dia foram expulsos(as)”. Para além de garantir o acesso à escolarização, é urgente acolher os estudantes jovens e adultos de modo a responder às suas especificidades e expectativas de aprendizagem. Evidentemente, a continuidade dos estudos precisa refletir em uma mudança na vida do sujeito. Conforme Pinto (2005, p. 49),

A finalidade da educação não se limita à comunicação do saber formal, científico, técnico, artístico, etc. Esta comunicação é indispensável, está claro, porém o que se intenta por meio dela é a mudança da condição humana do indivíduo que adquire o saber.

Especialmente sobre a educação de adultos, Pinto (2005, p. 64) ressalta que o princípio fundamental “tem que ser o da mudança das condições materiais da existência das populações”. Ora, qual o sentido de retornar aos bancos escolares na fase adulta se não com o objetivo de melhorar a qualidade de vida? Simultaneamente às aprendizagens básicas do mundo letrado, o educando jovem e adulto precisa ser conduzido ao desenvolvimento da sua consciência crítica, de modo que o conhecimento seja instrumento para a própria emancipação.

Nesse caminho, Moura (2007) procura contextualizar a alfabetização de adultos no Brasil, que por muito tempo é compreendida como um processo de aquisição do sistema do código alfabético. De 1500 a 1950, a alfabetização é vista apenas como o ensino de um código, como uma atividade de codificar e decodificar, o que sustenta uma concepção

limitada de alfabetização. Segundo Bittencourt e Cesa (2023, p. 3), “é um tipo de ensino cuja abordagem prioriza, primeiramente, o ensino das letras, fonemas e sílabas antes do trabalho com textos reais, que circulam na sociedade”. Assim, as práticas de alfabetização aplicadas aos estudantes adultos são as mesmas aplicadas às crianças, o que significa que as singularidades dos sujeitos não são levadas em conta. Os professores não têm formação específica para alfabetizar adultos e o processo de aprendizagem acontece de forma mecânica e descontextualizada, sem a preocupação da utilização da leitura e da escrita em situações da vida real. Não há uma proposta de continuidade dos estudos, o que gera um número significativo de analfabetos funcionais, isto é, de pessoas que escrevem e leem minimamente, mas não conseguem interpretar um texto.

O final da década de 1950 e início de 1960 é considerado o período de maior efervescência no campo da alfabetização de adultos, no qual as ideias do educador pernambucano Paulo Freire começam a fazer parte das discussões sobre a temática. Freire (2021b) olha para o analfabetismo brasileiro sob a ótica social e política, e não meramente pedagógica, compreendendo-o como um efeito colateral da pobreza e da desigualdade. Surgem, então, novas formas de pensar e fazer a alfabetização de adultos, contrárias às concepções ingênuas e mecânicas da alfabetização. Freire (2022a) intensifica o caráter político da alfabetização de adultos e inaugura a Pedagogia Libertadora, tomando o diálogo como o princípio da prática pedagógica.

Muito antes de se falar em letramento, Freire (2023) já compreende a alfabetização para além da leitura e escrita da palavra. Ele pensa a alfabetização como um processo diferente daqueles encontrados nas cartilhas, no qual a aprendizagem da leitura e da escrita se dá através da decodificação das palavras. O conteúdo das cartilhas é um saber abstrato, muito distante da realidade, além de não exercitar o pensar e reproduzir os ideais da classe dominante. Para Freire (2021b, p. 49), a alfabetização é um processo de conscientização; “é um ato político e um ato de conhecimento, por isto mesmo um ato criador”.

A experiência realizada por Freire (2022a) e seus colaboradores no início da década de 1960, na cidade de Angicos/RN, alfabetiza 300 trabalhadores em 45 dias. Essa experiência fica amplamente conhecida como *Método Paulo Freire*. A proposta vivenciada no sertão nordestino leva em consideração que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 2021a, p. 36). Isso significa dizer que os 300 trabalhadores fazem suas leituras de mundo antes mesmo de serem alfabetizados. Não se trata de 300 tábuas rasas ou folhas de

papel em branco; são 300 trabalhadores, homens e mulheres dotados de diferentes saberes, advindos das suas diferentes experiências de vida, de casa, do trabalho, das suas culturas, crenças e valores.

A experiência de Paulo Freire vivida em Angicos inicia com a pesquisa do que ele chamou de universo vocabular. Em entrevistas prévias com a comunidade, são levantadas palavras carregadas de sentido. Essa pesquisa inicial não é útil somente para o levantamento de palavras, mas também para conhecer a realidade social dos educandos. Dentre o universo vocabular descoberto, são escolhidas as palavras geradoras, obedecendo os critérios da riqueza fonêmica, das dificuldades fonéticas (da mais simples para a mais complexa) e do teor prático da palavra. A partir das palavras geradoras, promove-se um diálogo com a apresentação de situações-problemas. A ideia é levar o grupo ao debate, à conscientização e, ao mesmo tempo, à alfabetização. No momento seguinte, o professor-motivador apresenta ao grupo uma ficha, contendo a palavra e o desenho/foto. Depois, outra ficha contendo somente a palavra. E, por último, mais uma ficha com a palavra separada em sílabas. Reconhecendo as sílabas, que os educandos identificam como pedaços, são apresentadas as famílias silábicas. Com as famílias silábicas, os educandos são desafiados a fazer quantas combinações possíveis e a formar outras palavras. A partir, então, do artefato da leitura e da escrita propriamente ditos, os sujeitos passariam a avançar nos seus conhecimentos, num processo de humanização permanente (Freire, 2022a).

No período seguinte, de 1964 a 1970, a ditadura militar tenta apagar todo o trabalho realizado anteriormente. De acordo com Moura (2007, p. 13), “a alfabetização passa a ser desenvolvida como estratégia de despolitização” e como ferramenta para compor mão de obra com vistas ao desenvolvimento econômico do país. Essa forma de conceber a alfabetização de adultos está em conformidade com o conceito definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na década de 1960: “Do ponto de vista econômico, a alfabetização funcional tende a dar aos adultos iletrados os recursos pessoais apropriados para trabalhar, produzir e consumir mais e melhor” (Moura, 2007, p. 13). Sob essa ótica, o adulto analfabeto é visto como um “ser inferior”, “um indivíduo pobre culturalmente, devendo ser ‘instruído’ para adquirir conhecimentos instrumentais e utilizá-los a serviço do mercado” (Moura, 2007, p. 13). De todo modo, a década de 1970 é marcada por um confronto de ideias, uma disputa entre a alfabetização como aquisição técnica de decodificação oral e escrita e a alfabetização proposta por Freire.

A partir de 1980 aparecem novos referenciais, como a *Psicogênese da Língua Escrita*, de Emília Ferreiro, e a *Teoria Histórico-Cultural*, de Vygotsky. A *Psicogênese da Língua Escrita* tenta superar a visão tradicional do aprendizado da escrita, passando a ser o objeto do conhecimento da alfabetização. Essa nova formulação “concebe a alfabetização como um processo de apropriação de um sistema de representação da realidade: a linguagem escrita” (Moura, 2007, p. 14). A escrita deixa de ser um “produto escolar” e passa a ser vista como um “objeto cultural”, além de cumprir “diversas funções sociais” (Moura, 2007, p. 16). Na teoria de Ferreiro e Teberosky (1985), o texto ganha destaque e surge a necessidade do professor ampliar o seu conhecimento acerca do que fazer com o texto em sala de aula para que, conseqüentemente, o estudante descubra o que fazer com o texto fora da escola.

No mesmo caminho, Vygotsky (1996) toma a linguagem escrita como o conteúdo básico da alfabetização. O autor “defende que a escrita não é um código de transcrição da língua oral, mas um sistema de representação da realidade” (Moura, 2007, p. 17). O estudo de Vygotsky reconhece que a aprendizagem da língua escrita exige a mediação de um professor e dos métodos, auxiliados pelos signos e instrumentos psicológicos. Segundo Moura (2007, p. 18), “Vygotsky deixa claro que o processo de alfabetização requer um entendimento do sujeito, de sua gênese histórico-cultural, de seus processos de desenvolvimento psicológico”.

É importante destacar que tanto a *Psicogênese da Língua Escrita*, de Emília Ferreiro, quanto a *Teoria Histórico-Cultural*, de Vygotsky, são referenciais pensados para a alfabetização de crianças, porém, que influenciam o campo da EJA. De todo modo, é imprescindível ressaltar que Freire (2022b) foi o único que elaborou, a partir da experiência, uma concepção teórico-metodológico para a educação de adultos.

Na sequência, a partir da década de 1990, a adoção do conceito de *letramento* surge na EJA, quando observada a necessidade de qualificar a modalidade de ensino. O termo pode ser entendido como “o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais” (Soares, 1998, p. 39). Assim, o letramento está associado ao que as pessoas fazem com as habilidades da leitura e da escrita, a “um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita e de exigências sociais de uso da língua escrita” (Soares, 1998, p. 66). Ainda sobre a dimensão social do letramento, são duas as versões apresentadas pela pesquisadora: a versão fraca (quando as habilidades de leitura e escrita são utilizadas no contexto social de forma neutra) e a versão forte (quando a leitura e escrita são utilizadas para se posicionar e/ou questionar o contexto

social). De todo modo, é impossível encontrar um conceito único para letramento; é mais indicado falar em letramento(s) no plural. Segundo Moura (2007, p. 23),

Torna-se mais apropriado falar-se em letramentos que ocorrem em diferentes agências em que o sujeito vive na sua prática social como: a família, associação, o sindicato, a igreja, a rua, o ambiente de trabalho, destacando, entre esses, a escola, cuja preocupação maior tem sido com o letramento individual ou social na dimensão fraca, confundindo-se com a alfabetização.

Conforme Bittencourt e Cesa (2023), a chegada dos estudos sobre letramento confirma que apenas o domínio do código não é suficiente. Na perspectiva do letramento, “estar alfabetizado sugere ter o domínio significativo da leitura e da escrita de modo a estar apto a movimentar-se em situações concretas do dia a dia, em vivências reais das práticas sociais” (Bittencourt; Cesa, 2023, p. 4). Ao apresentar uma concepção de alfabetização que extrapola os muros da codificação e decodificação, a estudiosa Magda Soares (1998) é referência no Brasil.

Encerrado um breve panorama das concepções de alfabetização de adultos na história da educação no Brasil, a seguir, reconhecemos os movimentos desse mesmo conceito nos documentos educacionais do estado de Santa Catarina até a chegada da PAE SC.

3 Concepções de Alfabetização e a Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina

Tomando a alfabetização como “um direito fundamental para o desenvolvimento pleno de todas as pessoas” (Santa Catarina, 2021, p. 6), a PAE SC foi oficialmente publicada em 2021 com o objetivo anunciado de garantir a alfabetização tanto para as crianças (nos dois primeiros anos do ensino fundamental) quanto para os jovens, adultos e idosos não alfabetizados.

De acordo com o documento analisado, aprender a ler e escrever para usos sociais é um fenômeno que precisa ser compreendido e assegurado (Santa Catarina, 2021). A demanda faz nascer, então, a presente política pública que visa ações para assegurar o direito que todos têm à alfabetização.

A PAE SC, contudo, não nasce do dia para a noite, longe disso. Ela é fruto de uma construção de mais de 30 anos, considerando todas as versões da Proposta Curricular de Santa Catarina (1991, 1998, 2005 e 2014) e demais documentos educacionais do estado. Desde as

primeiras linhas, a política estadual considera os documentos anteriores, como também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e a PNA de 2019, porém, assumindo um posicionamento crítico e alguns distanciamentos.

A fim de apresentar a concepção de alfabetização adotada pela PAE SC, o documento busca refazer o caminho, iniciando pela Proposta Curricular de Santa Catarina de 1998, que, a partir de uma abordagem histórico-cultural, compreende a alfabetização como um processo interdiscursivo e de apropriação das diferentes linguagens. Na Proposta Curricular de 2005, pela primeira vez, aparece o termo *letramento* em referência à prática social da leitura e da escrita. O documento supera a ideia de alfabetizar a partir de um método único e sugere o uso de gêneros textuais diversificados em práticas sociais concretas. Ele também enfatiza a importância de conhecer a realidade do estudante, da avaliação diagnóstica como ponto de partida, do planejamento e da rotina pedagógica (Santa Catarina, 2021).

O documento seguinte, *Orientação curricular com foco no que ensinar: conceitos e conteúdos da Educação Básica*, de 2011, traz a concepção de alfabetização e letramento difundida na Proposta Curricular de 2005. O documento apresenta como novo a indicação de gêneros e expectativas/habilidades para cada ano/série, além de sugerir como metodologias a sequência didática e os projetos de estudos. Já a Proposta Curricular de Santa Catarina 2014 ressalta que alfabetização e letramento não são sinônimos e apresenta a cultura escrita como conceito maior que envolve o letramento, que, por fim, envolve a alfabetização. A proposta sustenta que “o domínio do sistema de escrita alfabética é progressivo e ocorre em favor dos usos sociais da escrita” (Santa Catarina, 2021, p. 12), o que corrobora as ideias de percurso formativo e a importância do ensino contextualizado. Por último, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (CBTC), de 2019, ancorado nos documentos anteriores e também na BNCC, assume “a alfabetização com e para o letramento”.

Reconhecendo os movimentos do conceito de alfabetização nos documentos educacionais do estado de Santa Catarina, chegamos à PAE SC, que compreende a alfabetização como “processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabético” (Santa Catarina, 2021, p. 13), apoiada nos estudos de Soares (1998). Sob esse olhar, a política estadual considera três particularidades da alfabetização: linguística, interativa e sociocultural. A primeira particularidade (linguística) é específica da alfabetização e diz respeito à representação gráfica da fala. A particularidade interativa, por sua vez, refere-se à língua

escrita como canal de interação entre os sujeitos. Por último, a particularidade sociocultural da língua escrita compreende a funcionalidade da escrita nos contextos socioculturais (Santa Catarina, 2021).

Nesse caminho, a PAE SC trata o letramento como “um processo de inclusão e participação nas culturas e escritas”, de modo que as crianças, jovens, adultos e idosos possam “ler e escrever textos de diferentes lugares sociais de práticas de escrita” (Santa Catarina, 2021, p. 23). O documento assume que o letramento “constitui conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades indispensáveis para o uso da língua em práticas sociais que requerem habilidades mais complexas” (Soares, 1998, p. 18).

Diante do exposto, a PAE SC adota uma postura crítica ao confrontar com a BNCC e com a PNA. Primeiramente, ambas as políticas de alfabetização (PNA e PAE SC) assumem o propósito de qualificar a alfabetização e minimizar o analfabetismo nos respectivos territórios. Porém, enquanto a política nacional compreende a alfabetização com base na ciência cognitiva da leitura e nas neurociências, a política estadual amplia a discussão teórica para além da linguística, evidenciando o contexto social e histórico dos sujeitos, além dos usos sociais da leitura e da escrita.

Por outro lado, a PAE SC aproxima-se mais da BNCC pois ambos os documentos “consideram os aspectos linguísticos e sociais do processo de alfabetização” (Santa Catarina, 2021, p. 22). Ao assumir uma concepção de alfabetização na perspectiva do letramento, a BNCC “toma a centralidade do texto como unidade de ensino, levando sempre em conta a sua função social, o que pressupõe um trabalho de alfabetização a partir dos textos que circulam na sociedade” (Bittencourt; Cesa, 2023, p. 10). Além disso, semelhantemente à PAE SC, a BNCC “permite um diálogo entre diferentes abordagens metodológicas” (Bittencourt; Cesa, 2023, p. 10).

Feitas as considerações, chegamos à compreensão de que os documentos citados apresentam entendimentos diferentes do processo de alfabetização. A concepção de alfabetização, portanto, não é homogênea. Nesse caminho, é importante lembrar que “as políticas públicas nunca são neutras” e que “a educação muitas vezes torna-se palco de disputas e tensões” (Bittencourt; Cesa, 2023, p. 15).

No presente, cabe retomar os objetivos do documento a fim de verificar as possíveis implicações da PAE SC na EJA.

4 Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e suas Implicações na EJA

A PAE SC foi elaborada no ano 2021, porém, seu lançamento só ocorreu um ano depois, em 2022. Após o lançamento, os cadernos foram distribuídos às 36 Coordenadorias Regionais de Educação de Santa Catarina, que tinham como missão fazer o material chegar a cada uma das unidades escolares da rede. Segundo Cecchetti (2023, p. 6), “não houve fomento de formação continuada por parte da SED para garantir a implementação na prática”.

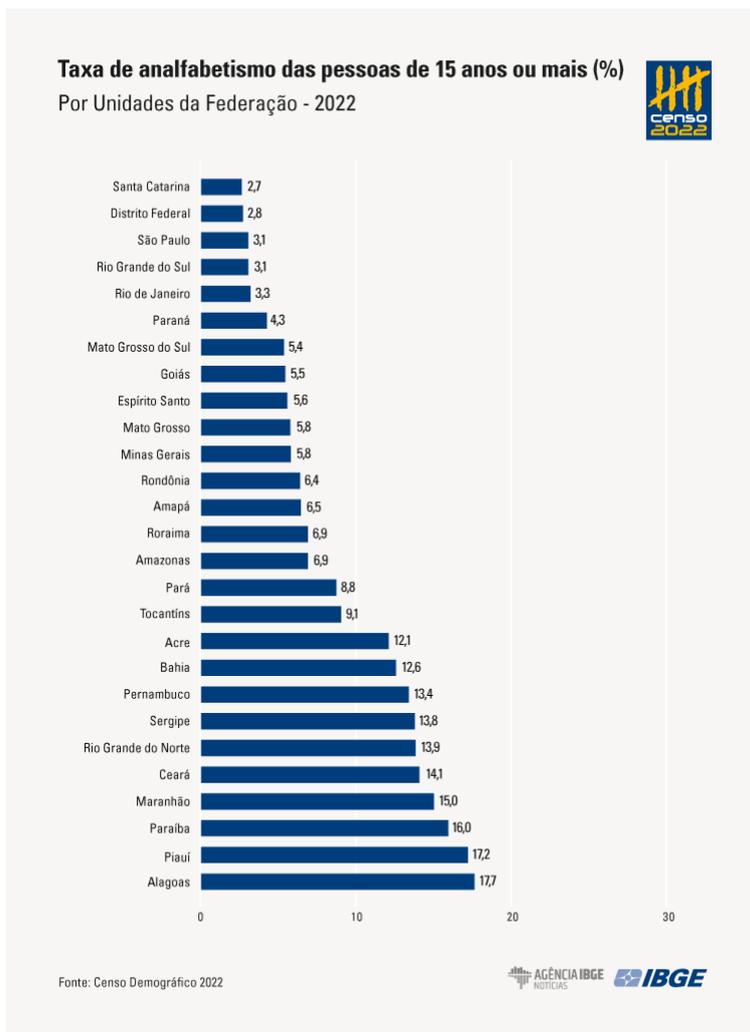
O documento analisado apresenta a alfabetização como um instrumento indispensável para o desenvolvimento de todas as pessoas, sem distinção de idade. Desse modo, ressalta a alfabetização como direito de todos e anuncia como objetivo da política a garantia do direito de alfabetização às crianças (até o segundo ano do ensino fundamental) e às pessoas jovens, adultas e idosas analfabetas.

Ao endereçar-se também à alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, a PAE SC converge com o Plano Estadual de Educação – Lei nº 16.794 de 2015, visto que ele contempla:

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (Santa Catarina, 2021, p. 19)

Como estratégias para o alcance da meta supracitada, o Plano Estadual de Educação (2015-2024) prevê a execução de ações voltadas para a alfabetização de jovens e adultos, a realização de diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, bem como a elaboração de política pública que garanta a esses sujeitos a continuidade dos estudos e a conclusão da educação básica na EJA. Porém, a vigência do plano aproxima-se do fim e os dados mais recentes apontam para um percentual abaixo do almejado.

Gráfico 1 – Taxa de Analfabetismo.



Fonte: Censo Demográfico (2022).

No Censo Demográfico 2022 (Gráfico 1), divulgado no mês de maio de 2024, Santa Catarina destaca-se como a unidade da federação com a menor taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade, totalizando 2,7%. Esse mesmo resultado aponta, inversamente, para um percentual de 97,3% de pessoas com 15 anos ou mais alfabetizadas, um pouco abaixo dos 98% pretendidos no Plano Estadual de Educação para o ano 2017.

Gráfico 2 – Pessoas com 15 anos ou mais de idade que vivem em SC.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Acima (Gráfico 2), apresenta-se os valores absolutos das pessoas com 15 anos ou mais de idade que vivem no Estado de Santa Catarina, alfabetizadas e não alfabetizadas. À primeira vista, o percentual da população não alfabetizada (2,7%) parece pequeno, mas não pode ser desconsiderado visto que corresponde a 165.186 pessoas jovens, adultas e idosas que não sabem ler e escrever ao menos um bilhete no idioma que conhecem, conforme IBGE (2024).

Nesse contexto, a PAE SC enumera uma sequência de ações de curto e médio prazo que visam à implementação da política nas unidades escolares da rede, conforme segue:

Ação 1: Garantir que o Currículo Base do Território Catarinense seja contemplado no planejamento e ações dos professores para a alfabetização.

Ação 2: Viabilizar a participação de representantes da Rede Estadual de Ensino nas discussões das instituições de ensino superior acerca do processo de formação inicial de professores alfabetizadores.

Ação 3: Promover articulações da Rede Estadual de Ensino com programas de pós-graduação lato e stricto sensu, incentivando a formação de grupos de estudos, ampliação de pesquisas na área da alfabetização no cenário acadêmico catarinense e a inserção/permanência de professores alfabetizadores em tais programas.

Ação 4: Estabelecer um processo de formação continuada/permanente presencial para professores alfabetizadores, dos primeiros anos, segundos anos e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Rede Estadual de Ensino, bem como para gestores, especialistas e técnicos envolvidos com ações no âmbito da alfabetização.

Ação 5: Promover ações que busquem garantir a estrutura necessária para o acesso, a permanência e o êxito da aprendizagem no processo de alfabetização.

Ação 6: Conhecer o acervo de livre acesso dos materiais didáticos específicos para a alfabetização e tecnologias educacionais, fundamentados teoricamente na Política Estadual de Alfabetização e no Currículo Base do Território Catarinense, para divulgação, uso e ampliação.

Ação 7: Desenvolver plataforma interativa digital para o compartilhamento de materiais, experiências inovadoras em alfabetização e informações acerca do tema por meio de reportagens, artigos científicos, relatos de experiência etc.

Ação 8: Desenvolver processos avaliativos e instrumentos unificados para avaliar a aprendizagem da leitura e da escrita nos 1.º e 2.º anos e na EJA (Santa Catarina, 2021, p. 29-32).

Diante do exposto, é correto afirmar que o texto da PAE SC contempla a EJA e enumera ações que alcançam a modalidade de ensino. Se de fato concretizada, a política de alfabetização pode contribuir para que 165.186 pessoas jovens, adultas e idosas do território catarinense usufruam o direito à Educação.

5 Considerações finais

Do mesmo modo que o entendimento sobre alfabetização de adultos não atravessa o tempo imune às transformações e se modifica ao longo da história da educação no Brasil, movimento semelhante é observado nas concepções apresentadas nos documentos educacionais catarinenses. O estado de Santa Catarina carrega consigo a construção de uma proposta curricular que ultrapassa 30 anos, na qual a compreensão de alfabetização caminha de uma “atividade interativa, interdiscursiva de apropriação de diferentes linguagens produzidas culturalmente” (Santa Catarina, 1998, p. 35) para um “processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabético” (Santa Catarina, 2021, p. 13).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a PAE SC não nasce do dia para a noite, pelo contrário, é fruto de um longo processo e chega a tempo para responder criticamente à PNA. Além de fazer um resgate histórico, a política estadual valoriza sua marcha e não se rende à concepção de alfabetização adotada pela política nacional. A PAE SC mantém-se fiel a uma compreensão de alfabetização que ultrapassa os holofotes da linguística e preserva em evidência o contexto social e histórico dos sujeitos, além dos usos sociais da leitura e da escrita. Outrossim, distancia-se da política nacional ao não recomendar o uso de apenas um método de alfabetização.

Ao elaborar uma política de alfabetização para a rede estadual de ensino, o governo de Santa Catarina não omite a situação das pessoas jovens, adultas e idosas analfabetas. Em convergência com o último Plano Estadual de Educação (2016), a PAE SC apresenta como objetivo a garantia do direito à alfabetização a todos e todas, sem distinção de idade. Com vistas à alfabetização de todas as pessoas, são traçadas metas nas quais a EJA é assistida. Nas metas 4 e 8, especificamente, a EJA é mencionada: “estabelecer um processo de formação continuada/permanente presencial para professores alfabetizadores, dos primeiros anos, segundos anos e da Educação de Jovens e Adultos (EJA)” e “desenvolver processos avaliativos e instrumentos unificados para avaliar a aprendizagem da leitura e da escrita nos 1.º e 2.º anos e na EJA” (Santa Catarina, 2021, p. 30, 32).

O estudo apresentado neste artigo responde ao problema da pesquisa confirmando que a EJA é contemplada no texto da PAE SC, que, inclusive, enumera ações que alcançam a modalidade de ensino. Porém, para além de ser citada nos textos oficiais, a EJA necessita ser abraçada por políticas públicas que resultem em práticas alfabetizadoras emancipatórias, um processo que não pode ser efetivado sem as devidas condições materiais, estrutura pedagógica e formação docente específica. Para tanto, registra-se a sugestão de uma nova pesquisa a fim de investigar a efetividade das ações planejadas e a concretude da referida política estadual.

Referências

BARCELOS, V. **Formação de professores para a educação de jovens e adultos.**

Petrópolis: Vozes, 2006.

BITTENCOURT, R. L.; NUNES, N. B. C. A Política Nacional de Alfabetização e a Base Nacional Comum Curricular na perspectiva dos teóricos da alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], n. 21, p. 1–17, 2023. DOI: 10.47249/rba2023688. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/688>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CECCHETTI, F.C. Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: da produção à implementação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 6., 2023, Belém. **Anais**[...] Belém: ABALF, 2023. p. 1-8. Disponível em: https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/V_CBA/viconbalf/paper/view/2695. Acesso em: 20 abr. 2024.

FERREIRO, E.; TEBEROSCKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021a.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

MOURA, T. M. M. (org). **A formação de professores para EJA: dilemas atuais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos.** Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: revisão final revisada pelo autor. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 2015-2024.** Florianópolis: DIOESC, 2016.

SANTA CATARINA. **Política de Alfabetização para a Rede Estadual de Ensino.** Secretaria de Estado da Educação. Governo de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Secco, 2021.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais.** Florianópolis: COGEN, 1998.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Artigo recebido em: 24/04/24 Artigo aprovado em: 13/06/24 Artigo publicado em: 04/09/24